



† JOÃO DE PAULA (21 - JULHO - 1983)

## Homem da Terra

EM DEBATE A INVASÃO DE TERRAS

Juvêncio Mazzarollo

Com esta matéria, sei que posso ser novamente enquadrado na Lei de Segurança Nacional, mas não vai me acontecer isso porque os dragões responsáveis pela bagunça que está aí já passaram vexame demais por minha causa. O que vou dizer constitui um grande atrevimento. Nem por isso vou deixar de mandar brasa. Tenho convicção total da certeza da idéia que vou defender aqui, e assim nenhum receio me faz calar.

Digam-me uma coisa. É certo defender o princípio de que o primeiro e maior direito das pessoas é o da sobrevivência biológica? O direito à vida está acima de todos os outros direitos humanos? Só pode, porque de nada adianta defender direitos para os mortos.

Então, o que vou defender nesta matéria é a vida, e se aplicarem a LSN por isso, mostrarão apenas que são uns assassinos. Não é comigo deixar de dizer as coisas que devem ser ditas só porque existe toda uma amarga experiência vivida sob grilhões de ferocidade pelos que defendem os valores éticos essenciais à existência humana. Calar porque já fui preso por ter dito o que quero não me passa pela cabeça. Seria dar às serpentes o gostinho de verem a LSN e outras calhordices cumprindo bonitinho sua função repressiva.

Vamos lá.

De que precisa um animal — tipo nós humanos — para viver? Fácil: água, sol, ar e terra. Falar em terra é falar de alimento, e é precisamente a falta de alimento o maior poder de fogo que a morte tem contra a vida. Morre-se de tudo o que é motivo e, mais dias menos dias, todos os seres vivos voltam ao pó. Tudo bem, mas o que é inadmissível é morrer de fome porque os semelhantes não deixam comer dividido ao uso que se faz dos recursos indispensáveis à sobrevivência.

Em matéria de terra, o Brasil talvez seja a região mais privilegiada do planeta. Sozinho e com sua gente, este país poderia alimentar, hoje, toda a população da América Latina. No entanto, só pela perversidade que caracteriza a distribuição e o uso da terra, morrem de fome milhões de brasileiros todos os anos.

Não é uma vergonha insuportável? O que pesa mais na configuração desse escândalo — a maldade humana ou a incompetência? Difícil distinguir, mas os dois fatores são determinantes.

A água, o sol, o ar e a terra são de todos os seres vivos, tenham eles dinheiro ou não. Impedir o acesso a esses bens constitui assassinato. Tomar conta deles — dizer este ar é meu e ninguém respira, esta água é minha e ninguém bebe, este pedaço de sol é meu e ninguém mais se expõe a ele esta terra é minha e o resto que morra — é crime contra a humanidade.

O uso desses recursos indispensáveis por todos os seres vivos, indistintamente, não pode estar sujeito a poderes como o da lei, do dinheiro ou das armas. É uma imoralidade que não tem perdão ver alguém — defendendo por leis e governos, dispor de terras de que não precisa e que não cultiva — impedir seus semelhantes de utilizar a área para se alimentar. Do

mesmo modo, é imoral um ser humano respeitar tal tipo de convenção entregando-se a si e a seus filhos à desnutrição, subnutrição, fome e morte.

O cidadão que está passando fome e outras privações graves do ponto de vista de sua sobrevivência digna tem o dever de solucionar seu problema e ninguém tem o direito de impedi-lo. Se não tem trabalho, se não é dono de nada, se a lei não o protege, se o governo não toma as providências para garantir-lhe a vida, esse cidadão tem dever — eu disse o dever — de tomar conta, invadir terra, assaltar e tudo o mais.

É claro que defendo a necessidade de certa organização no uso da terra, por exemplo. Mas a organização, a forma racional e solidária de distribuição dos recursos, deve ter como critério fundamental o propósito de garantir a todos as fontes de vida. Como está hoje, na "lei e na ordem" estabelecidas, verifica-se exatamente o contrário; a garantia de uns poucos é a falta de garantia para o resto da humanidade. Quer dizer, não dá para defender ou sustentar absurdos de tal porte. Tem mais é que avacalhar de vez com tamanha insensatez.

Organismos como o Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná (Mastro) e similares não têm formas de luta mais recomendáveis e mais avançadas do que o incentivo à invasão de terras por parte dos despossuídos totais. A reforma agrária — aquela que garante a todos uma propriedade, e não a que busca abolir o direito à propriedade — embora esteja no Estatuto da Terra, não sai mesmo. Reclamar do governo, formular propostas, reivindicar, nada disso vem dando resultado. A terra está cada vez mais longe do alcance da grande maioria dos brasileiros que precisam dela para viver. Então, o jeito é planejar, organizar-se em grupos, pesquisar áreas não cultivadas nos latifúndios privados ou públicos e ocupar a terra. Depois que a prática se generalizar, nada mais vai conter a reforma agrária. Já que as elites e os poderes constituídos não se mancam, impõe-se o dever de salvar vidas por esse meio.

Dia desses, um desempregado, louco da vida porque está passando fome com a família, esteve aqui no jornal para desafogar amarguras e buscar alguma dica. Cansou de procurar emprego sem conseguir nada. Sugeriu a ele que organizasse um bom grupo de pessoas na mesma situação, procurasse uma terra desocupada para invadi-la, comunicando o fato às autoridades e à imprensa, imunizando-se assim contra atentados e violências há muito conhecidas.

Não tenho a menor dúvida de que dei a ele um conselho sábio e correto, como não tenho dúvida de que a tese deste artigo é irrefrutável.



## C A R T A   A B E R T A

Em nome de aproximadamente 9.000 famílias de agricultores sem terra do Sudoeste do Paraná, nós, da Comissão Regional do MASTES, vimos até V.Sa. solicitar alguma solução para o problema da ocupação da terra no Paraná.

Já não há mais comida na mesa do pobre. A miséria está crescendo nas beiras das cidades. O povo com fome se vê obrigado a roubar, e a única forma que existe de resolver esta grave questão é que o povo da roça tenha terra para plantar. Terra boa em que não precise pagar arrendamento. Agricultor não quer emprego na cidade, precisa é de terra em que possa produzir alimento, sendo que a comida do brasileiro não é a soja.

Sabemos que existe terra de sobra no Paraná mesmo. Que as terras que existem no Norte do País fiquem para os agricultores daquelas regiões. Queremos cultivar aqui no sul, que é a terra que conhecemos. Temos esperado há anos e anos pela solução das autoridades. Agora o povo está cansado de passar fome e ver os filhos crescerem sem esperança de vida melhor. Já não temos muita coisa para perder. Estamos dispostos a conquistar as terras que precisamos com nossas próprias forças. A política agrícola que aí está só beneficia um pequeno número de pessoas que já tem dinheiro de sobra, enquanto a grande maioria fica mais pobre.

Por causa destes fatos realizamos, em 7 e 8 de abril, um encontro das comissões municipais do MASTES, onde concluímos que devem ser redistribuídas as seguintes terras:

- Terras do governo, tanto devolutas como públicas;
- Terras mal ocupadas e improdutivas;
- Grandes áreas pertencentes a estrangeiros ou a profissionais liberais, comerciantes, industriais, isto é, gente que não precisa da terra para sobreviver; e
- Terras das empresas e grupos econômicos em geral.

E ainda, que seja determinado um módulo máximo de propriedade, estabelecido em 100 hectares.

Certos de que o sofrimento do povo paranaense é preocupação constante das autoridades, as quais certamente estão cónscias de que chegaram ao poder através do mandato popular, direta ou indiretamente, aguardamos a solução pacífica do problema existente, para não chegarmos ao objetivo pela via da violência.

### MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO SUDOESTE DO PARANÁ - M A S T E S -

Sudoeste do Paraná, junho de 1 984.

-o-o-o-o-o-o-o-o-o-

Esta carta foi entregue ao INCRA, na pessoa do Sr. PAULO SOMER, pela coordenação do MASTES. A resposta que foi dada era que a iniciativa da solução do problema cabia ao movimento. A iniciativa que o povo encontrou foi tomada. Diante do impasse gerado pela fome absoluta e miséria total a única saída que o povo encontrou foi a da ocupação de terras, para que se tornem produtivas. Para que produzam comida. Não foi o povo quem procurou o impasse. O povo não escolheu nem a fome, nem o desabrigo, nem o desemprego. Nenhum pai, nenhuma mãe escolhe isto para os filhos. Quando o Sr. PAULO SOMER fala como falou, aponta o caminho viável para o povo: ocupar as terras que não estão produzindo nada além de dinheiro para quem já tem de sobra. Então se alguém mandou ocupar as áreas que hoje os movimentos ocupam, foi o próprio Governo Federal, pelo desprezo com que olha para a fome geral, pelo desrespeito, pelo descaso com que trata a vontade soberana do povo. A iniciativa de ocupar as terras — os 17.989,6 ha - da IMARIBO S/A - latifúndio improdutivo segundo o próprio INCRA, foi a resposta do povo à proposta do INCRA. Foi o jeito que o povo achou para celebrar o dia do Corpo de Deus, já que o corpo faminto do povo é o corpo do próprio Cristo.

.o.o.o.o.o.o.o.o.o.o.

### A OCUPAÇÃO DA IMARIBO - MANGUEIRINHA

Na madrugada de 22 de junho, 81 famílias dos municípios do Sudoeste - 1% dos participantes do MASTES - 481 pessoas, das quais 130 são menores de 5 anos, entraram nas terras da IMARIBO S/A, firma madeireira pertencente ao Sr. Nelson Pisan, de Curitiba. Já na chegada havia barreira na entrada. Eram os próprios trabalhadores empregados na firma que compunham o obstáculo. Os companheiros mantiveram a firmeza e conseguiram acampar na área. Vieram os chefes da firma para tentar desalojar os ocupantes, mas o pessoal conseguiu permanecer no acampamento. Veio a polícia do 3º Batalhão de Pato Branco. Não houve violência por parte da polícia, e a comissão conseguiu negociar a permanência até 2a. feira, dia 25. Agora estão esperando o resultado das negociações. Vamos ver quem está, de fato, ao lado do povo. Já que o INCRA mandou que o movimento tomasse a iniciativa, agora o INCRA tem que fazer a sua parte. Sabemos que havia negociação entre a IMARIBO e o INCRA para desapropriar a área. Vamos ver se o Governo Federal sabe cumprir a própria lei.

REFORMA AGRÁRIA, JÁ.

Sudoeste, junho de 1 984